

A VIDA COMO BEM FUNDAMENTAL DO HOMEM

José Roque Junges

No âmbito da ética, é possível ter dois tipos de discurso: o parenético e o científico. O primeiro tipo exorta para algo já conhecido e intelectualmente claro. Pressupõe um acordo entre aqueles que falam e discutem sobre o assunto. Não se preocupa em justificar e explicar um determinado conteúdo mas busca a eficácia de sua concretização. Tem em vista a motivação para uma determinada norma já conhecida e aceita, mas necessitada de uma maior efetivação. Não se preocupa com a coerência do discurso mas com a responsabilidade pessoal. Convida para uma ação mais coerente.

O discurso científico, ao contrário, visa explicar e justificar um conteúdo que não é claro. Quer determinar o conteúdo de uma norma; estabelecer o fundamento da sua obrigatoriedade; demonstrar a sua validade. Procede com rigor e método. Quer chegar a um discurso coerente e orgânico. Deve repensar continuamente seus conteúdos, afirmações, formulações e argumentação à luz da experiência humana. Deve fazer um esforço de auto-crítica, mantendo-se distante tanto de um modernismo apriorístico de slogans como de um conservadorismo imobilista.

A questão da vida pode ser explicitada de uma maneira parenética ou científica. Por isso, fala-se de uma ética da santidade da vida e de uma ética da qualidade da vida.

A primeira emprega um discurso parenético. A vida é considerada como propriedade de Deus, dada ao homem em administração. É um valor absoluto que só a Deus pertence. O homem não tem nenhum direito sobre a vida própria e alheia. As exceções no respeito à vida são concessões de Deus. Considera a vida como um dado. O ponto de

partida da argumentação é a sacralidade da vida. O princípio fundamental é a inviolabilidade da vida.

O segundo tipo de ética da vida procura usar uma abordagem científica. A vida é um dom recebido, mas que fica à disposição daquele que o recebe, com a tarefa de valorizá-lo qualitativamente. O ponto de partida da argumentação é o homem como protagonista da vida. O princípio fundamental é a valorização qualitativa da vida.

A pergunta que se coloca é sobre o tipo de discurso mais apropriado para defender a vida em sua totalidade. Em nossos dias, e no tipo de sociedade em que vivemos, é melhor usar o discurso parenético ou o científico?

A secularização levou a uma dessacralização da vida. A formulação da inviolabilidade da vida alude a uma concepção sacral: a vida como propriedade de Deus e o homem como seu mero administrador. A tese da simples administração encerra um conceito tacanho de Deus e uma visão mesquinha e desconfiada do homem. Na sociedade moderna este argumento não tem mais a força que tinha antigamente. O argumento de que Deus é o dono absoluto da vida e que esta é sagrada prestou um grande serviço à humanidade enquanto não havia uma legislação para defender a vida. Numa sociedade de mentalidade religiosa é normal que a vida seja entendida sob a ótica religiosa e sacral. Hoje o contexto é outro. Isto não significa que a fé cristã seja supérflua para a proteção da vida depois que a humanidade adquiriu mais sensibilidade e conquistou a proteção legal da vida. Apenas é necessário superar a visão do homem como mero administrador e entendê-lo como protagonista da vida. O próprio Deus delega o governo da vida à autodeterminação do homem e isto não fere sua soberania.

O princípio da inviolabilidade é um princípio deficiente porque ignora o horizonte existencial do homem atual. A modernidade afirma muito mais o direito inviolável à autodeterminação, mesmo tratando-se da vida. A vida é um dom (ninguém pode dar a vida a si mesmo); mas, que, uma vez recebido, fica à disposição daquele que o possui. Hoje procura-se ter uma concepção mais generosa de Deus em relação à autonomia do homem. Dispor da vida humana e intervir nela não fere o senhorio de Deus, se esta ação não for arbitrária.

O princípio da intangibilidade da vida pode transformar-se numa formulação ideológica porque leva a um esquema fixo de pensamento que encara a vida de modo estático, centrado na dimensão biológico-fisicista da vida e levando a uma consideração abstrata que projeta soluções estandardizadas. Numa sociedade, na qual a vida humana vale pouco e está continuamente ameaçada pela morte em suas mais variadas manifestações, é necessário lutar principalmente pelo direito de viver com dignidade, tendo as mínimas condições de vida. Lutar

pela defesa da vida intra-uterina e não se interessar, ao mesmo tempo, pelas condições em que viverá este ser humano, é uma contradição. Só combatendo, antes de mais nada, a favor destas condições, é que a vida intra-uterina também estará protegida.

A pura defesa da inviolabilidade leva muitas vezes a uma desconsideração com a qualidade de vida dos pobres. Prega-se a intocabilidade da vida sem se preocupar com as condições de sua vivência digna. A valorização ética da vida deve ser uma valorização qualitativa que tende ao aperfeiçoamento básico de toda vida. Nada é mais fechado do que não admitir um aperfeiçoamento posterior. A intenção é responsabilizar o homem de uma maneira mais forte diante da qualidade da vida.

Os defensores da sacralidade da vida acusam os que insistem na qualidade de usarem este argumento para atentar contra a vida. Em muitos contextos, principalmente no primeiro mundo, o princípio da qualidade é usado para afirmar que uma vida sem qualidade não vale a pena ser vivida. O fundamento da eutanásia está neste princípio. Mas esta é uma perspectiva essencialmente negativa da qualidade: constatar que a vida não tem qualidade e, por isso, concluir que sua prossecução não vale a pena. Este é um aspecto importante, mas não é o único. A constatação da falta de qualidade pode levar a uma ilação bem diferente. Em nossa realidade, muitas pessoas não têm as mínimas condições para que sua vida, no início ou no percurso ou no fim da existência, tenha qualidade. Contudo, isto não leva a dizer que estas vidas são inócuas. A perspectiva aqui é positiva, ou seja, lutar para que estas vidas tenham qualidade. Os defensores da sacralidade esquecem esta perspectiva.

A sacralidade ou a qualidade da vida não precisam ser dois princípios que se opõem. Pode-se falar de uma sacralidade da vida sem referir-se ao contexto religioso-sacral antigo. Para isto, é necessário superar a visão deturpada de Deus e do homem que lhe é própria. Existe também uma sacralidade leiga que aparece, por exemplo, no movimento ecologista. A vida continua sendo sempre um mistério que escapa à total intelecção e determinação do homem, porque é um dom de Deus. A intangibilidade é um princípio potente na defesa da vida mas não precisa opor-se ao princípio da auto-determinação do homem sobre a vida. É necessário saber conjugar as duas abordagens. Em certos momentos é mais preferível usar o princípio da intangibilidade mas, em outros, o da qualidade. Um não deve ser usado para negar o outro.

O homem é o único ser para o qual a vida é uma tarefa. Sua existência está inacabada, não só sob o ponto de vista biológico mas também espiritual e principalmente enquanto unidade pessoal. A vida é, então, a história de uma contínua auto-formação e, portanto, uma

prolongada personalização. Assim, o sentido da vida está no próprio conquistar-se a si mesmo. O homem é o protagonista da sua vida.

Esta linha de pensamento permite fundamentar a decisão de dispor e entregar a vida em vista de um valor como a verdade, a justiça ou a liberdade. É o caso, por exemplo, do suicídio altruístico. É uma auto-determinação sobre a vida que não é arbitrária mas em vista de uma razão proporcionada.

O valor da vida humana consiste em ser a base de suporte de uma existência pessoal, o lugar da liberdade que se plasma a si mesma, o pressuposto e o substrato de uma história irrepitível, a condição de possibilidade de relações intersubjetivas. A vida é, portanto, o bem básico e fundamental do homem em relação a todos os outros bens e valores humanos¹.

A vida é um bem em si mesmo e por si mesmo, sem referência a outro bem ou valor porque é a base de todos os outros. A vida humana deve gozar de uma valorização igual, independente de circunstâncias e situações. É necessário ser coerente no apreço à vida. Não se pode, por exemplo, lutar contra o aborto e ser a favor da pena de morte. Todo tipo de discriminação é uma forma velada de desvalorização da vida. Significa que a vida de uns vale mais que a de outros.

A vida, por ser um bem fundamental, apresenta-se como algo pré-moral. Esta pré-moralidade justifica-se pela ocorrência de conflitos entre a vida e outros bens ou valores. A possibilidade de a vida ser um valor moral absoluto, só se daria, se a vida nunca entrasse em conflito com outros bens e valores e superasse sempre em valor a todo bem ou conjunto de bens que conflitassem com ela. Ora isto não acontece. Mais bem ocorre o contrário. Isto não significa que a vida fique desamparada e à mercê da arbitrariedade. Se a vida é ainda um bem pré-moral, isto significa que carece de uma valorização a ser dada pela intencionalidade da ação humana. Quando isto acontecer, emerge a moralidade. A avaliação ética de uma intervenção na vida vai depender da intencionalidade do agente e do resultado da ação. Não existe uma valorização ética prévia à ação porque estamos diante de um bem pré-moral.

¹ Para evitar equívocos e ser mais rigoroso no uso da linguagem ética, é necessário distinguir entre bem e valor. O bem é uma realidade pré-moral que existe independente da vontade humana. Adquire moralidade quando existe uma intencionalidade em relação ao bem. Neste sentido, a vida, a sexualidade, a procriação, a propriedade etc são bens pré-morais. O valor, ao contrário, é uma qualidade positiva da ação humana e só existe enquanto tal. A moralidade é intrínseca a ele e, por isso, nunca pode-se ir contra um valor. Assim, temos a justiça, a fidelidade, a sinceridade, a solidariedade etc. Podem ocorrer conflitos entre bens e entre bens e valores mas nunca entre valores. (Cf. F. BÖCKLE, *Moral fundamental*, S. Paulo: Loyola, 1984, pp. 253-255.

Partir da dimensão corporal significa valorizar a dimensão física enquanto suporte da vida. Isto levará a defender a subsistência e integridade físicas própria e dos outros. A vida física é a exteriorização e a manifestação da vida em sua totalidade. Os atentados contra a vida revelam-se geralmente no físico. Por isso, a vida física deve receber uma valorização em si e não ter apenas um significado instrumental. Para isto, é necessário superar a visão dicotômica que opõe o físico e o espiritual.

Para uma concepção integral do homem, o aspecto físico não esgota a vida humana mas é o modo espacio-temporal de se apresentar e realizar. É o modo concreto no qual a humanidade subsiste e aparece ao outro. A vida corpórea não se reduz simplesmente à vida biológica, porque aquela ressuscitará e esta é apenas antecipação transitória da verdade da corporeidade. Contudo, tem um valor em si, porque é nela que a corporeidade e o próprio homem subsistem. Este duplo significado torna difícil toda decisão concreta sobre a vida e explica porque, às vezes, é necessário expor a integridade física, em vista do alcance de um bem maior.

Pode-se dar três indicações de fundo sobre o respeito à integridade física: 1) A própria vida e a integridade só podem sofrer dano, decidindo por motivos proporcionados de caridade; 2) A vida e integridade do outro exigem a mesma caridade, ou seja, que não sejam usadas como meio mas somente como fim. O próximo, considerado como fim, é captado na sua corporeidade física que não pode, em hipótese nenhuma, tornar-se meio; 3) A luta contra toda degradação biológica ou violação tanto da subsistência como da integridade física.

Em nossa realidade, a degradação da vida manifesta-se em violações contra a subsistência e a integridade do corpo. A fome, a violência e os diferentes atentados contra a vida põe em perigo a subsistência física de milhões de pessoas. A permanência e sustentação em vida de muitos brasileiros é precaríssima e corre contínuo perigo pela falta de condições mínimas para subsistir. Os inúmeros acidentes de trabalho e ligações de trompas atentam contra a integridade física de muitos homens e mulheres do nosso país. São mutilações infringidas pelas circunstâncias em que as pessoas são obrigadas a viver. A falta de proteção contra acidentes, a obrigação de prestar horas-extra de trabalho levam muitos trabalhadores a sofrerem agressões contra sua integridade física. A privação das mais mínimas condições para criar os filhos e a exigência de não fertilidade para conseguir emprego levam muitas mulheres a mutilarem, em idade ainda muito jovem, a sua integridade física através da ligação de trompas.

Por sua condição corpórea, a qualidade da vida se manifesta como saúde. Saúde é a forma que assume a vida vivida em plenitude e neste

sentido é uma qualificação da vida. O apreço ou a degradação da vida revela-se nos índices de saúde. Neste sentido, é comum afirmar que o Brasil é um país de doentes pela alta porcentagem de desnutrição e o descaso total com a saúde pública.

Mas o que significa realmente gozar de boa saúde? O significado vulgar de saúde é a ausência da doença e esta é definida como o aparecimento de uma disfunção no corpo. Neste sentido, a saúde seria o bom funcionamento de todos os órgãos humanos ou, como diz a medicina, é a vida no silêncio dos órgãos. Esta visão comum e corrente peca por estreiteza e simplismo devido ao seu biologismo e individualismo.

A vida humana é essencialmente relação e, sendo uma qualidade da vida, deve expressar esta dimensão relacional e social. Por outro lado, não basta também uma concepção puramente biologizante porque o somático e o psíquico estão intimamente implicados. A definição da Organização Mundial da Saúde procura justamente superar esta visão unilateral e englobar diferentes dimensões da vida. Concebe a saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social". Mas, mesmo esta visão, incorre em reducionismo porque é uma compreensão estática e ilusória da saúde. A vida humana é também essencialmente desenvolvimento, processo e história e o conceito de saúde deve englobar esta dinamicidade.

O homem está continuamente exposto a novos condicionamentos de todo tipo, sejam somáticos, psíquicos, culturais e sociais, que tendem a quebrar o seu equilíbrio. Assim é que muitos hoje definem a saúde como um processo de adaptação contínua aos agentes externos (micróbios, disfunções, tensões, desafios etc). Aceitando este ponto de vista pode-se dizer que a saúde é "a capacidade de se adaptar a um meio em contínua mudança; capacidade de crescer, de envelhecer, de curar às vezes, de aceitar, quando necessário, o sofrimento e finalmente de esperar a morte em paz"².

Mas, o uso do conceito de adaptação dá a idéia de passividade e de uma predominância do meio sobre o sujeito. Por isso, seria preferível dizer capacidade de reagir ante os agentes que ameaçam o seu equilíbrio somático, psíquico, social etc. Nesta perspectiva, Verspieren define a saúde como "a capacidade de reagir a todas as situações que tenderiam por si mesmas a debilitar seu potencial e seu dinamismo de vida, mantendo o maior grau possível de autonomia e capacidade de agir"³.

² P. VERSPIEREN, "Vie, santé et mort", in: B. LAURET/F. REFOULÉ, *Initiation à la pratique de la théologie*, tomo IV: Ethique, Paris: Du Cerf, 1983, p. 367.

³ *Ibidem*, p. 368. Nesta mesma perspectiva vai a definição de U. Eibach: "Saúde não é ausência de perturbações biológicas, psíquicas e sociais mas a capacidade de a

Este reagir não significa suprimir as situações adversas mas aprender a conviver com elas ou fortalecer-se para enfrentá-las pela integração ou superação. Saúde é uma defesa ativa e eficaz contra as forças que limitam a vida. A última definição condiz mais com uma concepção personalizante e humanizante da saúde porque aponta para uma qualidade e dimensão fundamental da existência humana que é a autonomia.

Saúde é um processo de reação diante dos influxos perturbantes que levam a um debilitamento da vida por parte do próprio organismo, do eu pessoal ou do ambiente social. Neste sentido, seria sadia uma pessoa que consiga, de tal maneira, integrar na própria vida uma perturbação, talvez imodificável, do bem estar físico, psíquico e social, que possa realizar-se como pessoa e não perder o sentido do próprio valor. Segundo esta visão, doente seria aquela pessoa que se encontra debilitada em seus mecanismos de reação somáticos, psíquicos e sociais e a cura consistiria em recuperar ou fortalecer estes mecanismos. O exercício da medicina estaria fundamentalmente a serviço desta recuperação ou fortalecimento.

José Roque Junges S.J. é doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Professor de Teologia Moral na Faculdade de Teologia do CES (Belo Horizonte-MG). É presidente da Sociedade Brasileira de Teologia Moral (SBTM). Colabora no CETESP, ligado a CRB nacional. Além de artigos, colaborou em obras conjuntas da Coleção "Teologia Moral na América Latina": *Temas latinoamericanos de Ética* nº 3 e *Novas fronteiras da Moral no Brasil* nº 9.

Endereço: Caixa Postal 5047 — 31611-970 Belo Horizonte-MG

peessoa enfrentar estas perturbações, repelindo-as ou vivendo com elas de tal maneira que o indivíduo não seja impedido de dar um sentido à sua vida e de realizar-se como pessoa humana. Doente é aquele indivíduo que não é capaz ou não tem vontade de afrontar a vida como um processo pleno de tensões entre o sofrer e o agir; e, por isso, é incapaz de opor resistência à dor, suportando-a ou vencendo-a" (U. EIBACH, *Recht auf Leben und Recht auf Sterben*. Anthropologische Grundlegung einer medizinischen Ethik. Wuppertal, 1974).